Biblioteca do TRF5

ano 15 - n. 88 | julho/agosto - 2017
Belo Horizonte | p. 1-270 ISSN 1678-8656
R. Fórum de Dir. Tributário – RFDT

# Revista Fórum de DIREITO TRIBUTÁRIO

# RFDT

Fórum
CONHECIMENTO JURÍDICO

Biblioteca do TRF5

# Sumário

## DOUTRINA
ARTIGOS

Da impossibilidade de extensão da tese jurídica fixada no RE nº 651.703/PR às seguradoras especializadas em saúde
**Misabel Abreu Machado Derzi, Sacha Calmon Navarro Coêlho** ..... 9

1 Introdução ..... 9
2 Da sistemática da repercussão geral: o julgamento por meio do caso-modelo ..... 11
2.1 A origem da sistemática de repercussão geral ..... 11
2.2 A seleção do recurso representativo de controvérsia: uma questão metodológica sobre tipo e conceito ..... 14
2.3 A decisão proferida no procedimento do caso modelo: a resposta geral dada à pergunta geral elaborada no recurso representativo ..... 16
2.4 O risco por trás do procedimento de caso-modelo: o precedente enquanto instrumento de praticabilidade ..... 18
3 A pergunta geral e a resposta geral do RE nº 651.703/PR. Os contornos da tese fixada no Tema 581 de repercussão geral ..... 20
4 Da delimitação da tese jurídica fixada em repercussão geral ..... 24
4.1 Da jurisprudência do STF com relação à delimitação da tese jurídica fixada em repercussão geral ..... 24
5 Histórico legislativo da assistência de saúde suplementar ..... 27
5.1 Diferenças contratuais entre as seguradoras especializadas em saúde e as demais operadoras de assistência à saúde ..... 30
5.2 Do diferente tratamento tributário conferido às seguradoras especializadas em saúde ..... 32
6 Conclusão ..... 34
Referências ..... 34

Desonerações tributárias anti-isonômicas: o papel do Poder Judiciário na concretização de um sistema tributário coerente, isonômico e justo
**Andrei Pitten Velloso** ..... 37

1 Introdução ..... 37
2 Formas de lesão à isonomia tributária ..... 39
2.1 Inconstitucionalidade por ação e omissão parcial ..... 39
2.2 Exclusões tácitas e expressas ..... 40
3 Alternativas para a superação da desigualdade ..... 40
3.1 Pronúncia da inconstitucionalidade da desoneração tributária ..... 40
3.2 Declaração da inconstitucionalidade por omissão parcial, com ciência ao legislador ..... 42
3.3 Extensão da desoneração ..... 43
3.3.1 Extensão mediante redução parcial de texto ..... 43
3.3.2 Extensão analógica ..... 45
4 Óbices à realização judicial da igualdade ..... 45
4.1 Tese da atuação exclusiva como legislador negativo ..... 45
4.1.1 Exposição ..... 45
4.1.2 Aplicação à extensão mediante redução parcial de texto ..... 47

Biblioteca do TRF5

4.1.3 Crítica ..... 49
4.2 Repercussões financeiras e restrições orçamentárias ..... 51
4.3 Art. 111, II, do CTN: interpretação literal das isenções ..... 53
5 Critérios para a extensão judicial das desonerações anti-isonômicas ..... 54
6 Conclusões ..... 56

A incidência do ICMS sobre *softwares* segundo jurisprudência do STF (ainda quando qualificados como bens incorpóreos)
**Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho** ..... 59

Requisitos para caracterização da sociedade profissional para fins da sistemática de incidência do ISS por alíquota fixa *per capita* prevista pelo art. 9º, §3º, do DL nº 406/68, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores: a legislação do Município de Belo Horizonte como exemplo
**André Mendes Moreia, Mariane Andreia Cardoso dos Santos** ..... 65

1 Introdução ..... 66
2 A sistemática de recolhimento do ISS sobre a prestação de serviços profissionais prevista no art. 9º, §3º, do DL nº 406/68 ..... 67
2.1 Os requisitos para a tributação das sociedades profissionais previstos na legislação do Município de Belo Horizonte ..... 68
2.2 Requisitos gerais à luz do entendimento dos Tribunais Superiores para submissão das sociedades à sistemática diferenciada de incidência do ISS ..... 70
2.2.1 Natureza dos serviços prestados e números de profissionais ..... 70
2.2.2 Responsabilidade pessoal dos sócios e ausência de caráter empresarial ..... 72
2.2.3 A composição da sociedade: sociedade uni ou pluriprofissional ..... 79
3 Conclusão ..... 82
Referências ..... 83

Inconstitucionalidades do Decreto nº 8.426/15 – PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras
**Brunno Ribeiro Lorenzoni, Fábio Martins de Andrade** ..... 85

1 Introdução ..... 85
2 Da cobrança materializada através do Decreto nº 8.426/15 ..... 86
3 Das violações constitucionais do ato de cobrança ..... 88
3.1 Princípios da legalidade estrita, da tipicidade e da delegação legislativa ..... 88
3.2 Princípio da não cumulatividade ..... 93
4 Solução subsidiária do problema: possibilidade de dedução das despesas financeiras ..... 96
5 Conclusão ..... 97

A Ação 3 do Projeto BEPS e o regime brasileiro de tributação em bases universais na Lei nº 12.973/2014
**Ramon Tomazela Santos** ..... 99

1 Aspectos gerais do Projeto BEPS ..... 99
2 Os blocos de construção da Ação 3 do Projeto BEPS ..... 100
3 A definição de entidade CFC ..... 101
4 Os limites para a aplicação das regras de CFC ..... 105
5 A definição das rendas abrangidas pelas regras de CFC ..... 106
6 As regras para o cálculo do lucro da CFC ..... 109
7 As regras para a atribuição de lucro a uma entidade CFC ..... 110

Biblioteca do TRF5

8 As regras para prevenir e eliminar a dupla tributação ..... 111
9 Comentários finais sobre a Ação 3 do Projeto BEPS ..... 113

A tópica jurídica na Solução de Consulta tributária
**Paula G. F. Santos** ..... 117

1 Introdução ..... 117
2 A Solução de Consulta tributária ..... 119
3 A tópica de Viehweg ..... 121
4 A tópica de Viehweg em uma Solução de Consulta ..... 123
5 Conclusão ..... 128
Referências ..... 129

Os reflexos da interação entre o Estado, o mercado e o tributo na sociedade brasileira
**André Souza Pedroso de Moraes, Maurin Almeida Falcão** ..... 131

Introdução ..... 131
1 A noção de Estado ..... 133
2 O mercado e os seus interesses ..... 137
3 O tributo e o seu papel na sociedade ..... 138
4 Os reflexos da interação entre o Estado, o mercado e o tributo na sociedade brasileira ..... 143
Conclusão ..... 148
Referências ..... 148

A legitimidade ativa *ad causam* na ação de repetição de indébito tributário de PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação
**Aylton Bonomo Júnior** ..... 151

1 Introdução ..... 151
2 Principais aspectos do PIS/PASEP-Importação e do COFINS-Importação ..... 153
3 Espécies de importação ..... 157
3.1 Importação por conta própria ..... 157
3.2 Importação por encomenda ..... 157
3.3 Importação por conta e ordem de terceiro ..... 158
4 Legitimidade ativa *ad causam* na ação de repetição de indébito tributário ..... 159
4.1 Importadoras ..... 160
4.2 Adquirente da mercadoria ..... 166
5 Conclusão ..... 170
Referências ..... 171

**JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**
ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

**Supremo Tribunal Federal**

Constitucional – Julgamento conjunto das ADI nº 2.390, 2.386, 2.397 e 2.859 – Normas federais relativas ao sigilo das operações de instituições financeiras – Decreto nº 4.545/2002. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.859/DF ..... 175

Biblioteca do TRF5

EMENTÁRIO ..... 247

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS ..... 265

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES ..... 269